

Mais de 25% das portuguesas dependem do salário do parceiro

Mais de um quarto das mulheres portuguesas são inteiramente dependentes do rendimento dos seus companheiros, de acordo com um estudo da Universidade de Coimbra (UC) que avaliou a dependência da população feminina.

Realizado pelo Centro de Estudos Sociais da UC em 2006, a pesquisa baseou-se na análise do Inquérito ao Rendimento das Famílias do Instituto Nacional de Estatística (INE), sendo, por isso, representativo da população portuguesa.

Em declarações à agência Lusa na véspera do Dia Internacional da Mulher, Lina Coelho, autora do estudo, considerou que a tendência de longo prazo aponta para uma diminuição do número de mulheres dependentes, mas sublinhou que, nos últimos anos, não tem havido uma redução.

«Há cada vez mais mulheres a desejar e a concretizar o desejo de ter uma actividade remunerada. Contudo, tendo em conta a crise económica dos últimos três ou quatro anos, há o risco de desaceleração da melhoria da situação económica das mulheres», afirmou a investigadora, adiantando que o aumento do desemprego está a afectar mais as mulheres do que os homens.

Segundo dados do INE relativos a 2007, mais de 2,8 milhões de mulheres portuguesas encontram-se inactivas, um número que não abrange as desempregadas. Quase dez por cento (225 mil) têm entre 25 e 44 anos.

Do total de inactivas (um conceito que inclui estudantes, domésticas e reformadas), mais de meio milhão são donas de casa. No entanto, entre as que trabalham também podem existir casos de dependência económica parcial relativamente aos companheiros, uma vez que continuam a registar-se discrepâncias acentuadas no rendimento médio mensal de mulheres e homens.

Os dados do INE referentes ao ano passado revelam que eles ganham, em média, mais 137 euros do que elas, uma diferença que aumenta com a qualificação profissional.

Entre os quadros superiores da Administração Pública e dirigentes de empresas, as mulheres ganham, em média, 1396 euros, menos 345 do que os colegas do sexo masculino.

Já nas profissões intelectuais e científicas, elas são penalizadas em 296 euros. Quando se trata de trabalho não qualificado, a diferença fica-se pelos 134 euros, em média. Embora tenha vencimentos mais baixos, a

população feminina é mais qualificada: no último trimestre de 2007, mais de 430 mil mulheres com formação superior estavam integradas no mercado de trabalho, para apenas 311 mil homens.

«Apesar da maior qualificação das mulheres, as diferenças salariais têm tido tendência a manter-se no tempo, sendo uma realidade muito mais marcante no sector privado. Não vejo perspectivas de que se estejam a esbater», afirma Lina Coelho.

Para a investigadora da Universidade de Coimbra, o facto de as mulheres continuarem a assegurar quase em exclusivo as tarefas de apoio à família faz com que sejam «mais ausentes do trabalho e que tenham mais quebras na sua prestação», o que acarreta «custos para os empregadores e se reflecte no salário».

Por semana, os homens estão no emprego, em média, 37 horas, mais quatro do que as suas colegas, segundo estatísticas do INE. Entre os que passam mais horas no local de trabalho (41 ou mais), quase 600 mil são homens e pouco mais de 280 mil são mulheres.

«Seria preciso que a sociedade no seu todo mudasse bastante, com uma partilha efectiva de tarefas domésticas e familiares, para esbater a diferença a nível salarial e de disponibilidade para o trabalho», comentou a investigadora da Faculdade de Economia de Coimbra.

Actualmente, mais de metade das tarefas domésticas continuam a ser realizadas exclusivamente pelas mulheres, sem ajuda dos maridos ou companheiros, que desempenham sozinhos apenas 17 por cento dos trabalhos em casa, de acordo com um estudo do Instituto de Ciências Sociais, divulgado em Setembro do ano passado.

«A sociedade teria de arranjar formas de compensar os empresários para suportarem os custos adicionais de contratar mulheres», concluiu Lina Coelho.